

## Procuradores da “lava jato” vencem prêmio de boas práticas

Os procuradores responsáveis pela acusação na operação “lava jato” venceram a edição 2016 do Prêmio Innovare, na categoria Ministério Público. Organizado pelo Ministério da Justiça, em parceria com diversas associações de classe e apoio do Grupo Globo, a premiação busca dar notoriedade a ações especiais que possam ser replicadas em todo o país. Além disso, são avaliados critérios como criatividade, ineditismo e alcance social.

André Telles



Para o procurador Deltan Dallagnol, legislação brasileira não é adequada para fomentar combate da corrupção. André Telles

O prêmio, anunciado nesta terça-feira (6/12), vem após uma das maiores derrotas dos procuradores da “lava jato” desde o início da operação. O pacote de leis que elaboraram, denominado por eles de “10 medidas anticorrupção”, foi quase completamente desfigurado pelo Congresso, que [incluiu no pacote uma lei que permite a punição a juízes e promotores em casos de abuso de autoridade](#). Os procuradores [ameaçam deixar a operação](#) caso a lei seja sancionada — porém, conforme dispõe o regulamento interno do órgão, [a decisão não cabe a eles](#).

Para Deltan Dallagnol, procurador da “lava jato” que mais aparece na mídia, a legislação brasileira não é adequada para o combate a corrupção. Sua crença nesse ponto é tão forte que o faz dizer sempre que o “sucesso” da operação é fruto de sorte e acaso, mesmo o Prêmio Innovare sendo destinado a práticas que possam ser replicadas.

“Temos que reconhecer que eles [resultados da ‘lava jato’] não são fruto apenas do amadurecimento democrático de nossas instituições e leis ou da dedicação e qualificação dos profissionais que atuam no caso. Há uma boa dose de sorte. A ‘lava jato’ é fruto de mais de 20 condições necessárias que eu classificaria como improváveis, mas que, para nossa sorte, alinharam-se”, afirmou Dallagnol em entrevista ao site do Conselho Nacional de Justiça.

### Reação às medidas

[Criminalistas](#) e ministros vêm criticando as medidas elaboradas pelo MPF. Alberto Zacharias Toron foi ao Congresso debater sobre o projeto de lei e [já afirmou que o Brasil corre risco de ter um processo penal fascista](#)



caso seja aprovado, principalmente por conta da previsão de restrição do Habeas Corpus que estava no projeto.

O ministro do Supremo Tribunal Federal Gilmar Mendes [disse](#) ser “absurda” a ideia de tornar aceitáveis provas ilícitas e declarou que limitar o HC só prejudicaria os cidadãos.

Na visão de Tércio Lins e Silva, presidente do Instituto dos Advogados do Brasil (IAB), as propostas são “[desrespeitadoras de direitos](#)”, e têm um “ranço de ódio contra o direito de defesa e a advocacia”. “[As medidas] São o prestígio do aumento do poder do Estado em detrimento do cidadão”. *Com informações da Assessoria de Imprensa do CNJ.*

**Date Created**

07/12/2016